

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

## **AS PRÁTICAS ESPORTIVAS DE MULHERES NOS ANOS DOURADOS: DISCURSOS NORMALIZADORES E CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES**

Altair Bonini  
Doutorando em História (UFSC)  
altairbonini5@gmail.com

Por volta de 1950 ainda eram fortes os discursos normalizadores sobre as mulheres, que eram colocadas sobre vigilância constante pelas mais variadas instituições. Carla Bassanezi Pinsky (2012) faz crer que a sociedade deste período (do começo do século XX até sua metade) era estruturada por “modelos rígidos”, em que padrões de feminilidade se consolidavam, um modelo de sociedade de maior fluidez se inicia somente a partir de meados dos anos 1960 (PINSKY, 2012). Por outro lado, nessa temporalidade as mulheres passaram a ocupar mais os espaços públicos e a estabelecer outras redes de sociabilidades. Isto ocorria principalmente entre as mulheres das classes média e alta, que contavam com vários benefícios que as mulheres das classes baixas não possuíam, tais como maior escolaridade, maior liberdade de ir e vir, seja podendo participar de clubes recreativos, um dos lugares que frequentavam para o lazer e a realização de práticas esportivas.

Nos anos de 1950, muitas mulheres praticavam atividades físicas sendo bem sucedidas, ganhavam notoriedade. A questão é que os espaços esportivos ainda eram uma concessão dos homens, que definiam quais práticas podiam realizar ou não. Legalmente algumas práticas esportivas eram proibidas de serem realizadas somente em público, outras elas podiam participar, mas sem competir oficialmente. O processo histórico em que estas práticas estão inseridas não é linear, são de idas e vindas, sendo que ainda hoje muitas mulheres são julgadas não por suas habilidades esportivas, mas por sua condição feminina. Como em muitas áreas da vida social as mulheres vêm conquistando desde o início do século XX espaço e representatividade (MELO, 2007; SCHETINO, 2008; PRIORI e MELO, 2009, GOELLNER, 2005).

Nas revistas esportivas, encontramos registros dessa atuação feminina em modalidades como a natação, o remo, o basquetebol, o voleibol, o nado, o atletismo e o

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

futebol. Nos anos 1950, a tenista Maria Esther Bueno (1939 – 2018) era uma grande referência por ter conquistado o título de número 1 do mundo no tênis por dois anos consecutivos, devido suas vitórias individuais de 1959 em Wimbledon e o U.S. Open, em 1960.

Como assinalamos acima, a presença de mulheres nos esportes era marcada por representações da época, que eram reafirmadas pela imprensa esportiva, composta quase que totalmente por profissionais homens. Esta estrutura do jornalismo atuava como uma das tecnologias de gênero (LAURETIS, 1994), que classificavam as mulheres em: moças de família, “boa moça” ou como a “garota fácil”, a “rebelde” ou a “leviana”. Mas, como toda repressão coloca em movimento formas de resistência e agenciamento, às mulheres esportistas expunham nas reportagens outros modos de ser, agir e sentir seus corpos, suas escolhas de vida.

Para entender como as práticas esportivas de mulheres eram representadas e as subjetividades construídas a partir destas experiências, analiso textos publicados pela revista Manchete Esportiva. As questões propostas por Scott (1990), Foucault (1977) e Butler (1995) foram utilizadas para entender o gênero e as técnicas de subjetivação. Por meio desta categoria podemos entender que as relações de gênero não tem amparo em aspectos biológicos, mas sim por meio de variadas relações de poder-saber, discursos, dispositivos e estratégias.

A partir das fontes, foi possível conceber dois núcleos temáticos principais: as estratégias de subjetivação das mulheres em suas práticas esportivas e a conciliação entre suas práticas esportivas com as visões do amor romântico e do trabalho.

## **Tecnologias de gênero: estratégias para a construção de subjetividades de mulheres em suas práticas esportivas**

O dispositivo do esporte refere-se ao conjunto de elementos que a partir do século XIX possibilitou que algumas pessoas fossem identificadas pelas práticas corporais e esportivas a que se dedicavam, bem como, a um número maior de pessoas que não praticavam esportes, mas cultivavam hábitos de lazer, consumia produtos e valores ligados a alguma das práticas esportivas. Compreende-se aqui que este

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dispositivo foi sendo utilizado à medida que as práticas esportivas foram se institucionalizando, formando uma rede de poder-saber que são acionados por várias instituições a fim de transmitir valores, normas, símbolos e condutas que agem sobre o corpo de um grupo grande de pessoas. Uma das estratégias deste dispositivo continua agindo até os dias atuais, é o de distinguir práticas esportivas específicas para homens e mulheres, contribuindo para manutenção de relações desiguais de gênero calcadas principalmente em fundamentos biológicos. Como afirma Miriam Adelman (2006, p. 11), “[...] o esporte, em particular, tornou-se durante mais de um século, o lugar de disputas intensas sobre o que pode/dever fazer um “corpo masculino” ou um “corpo feminino”, Nesse sentido, o discurso sobre as práticas esportivas de homens e mulheres são construídos a partir da oposição binária, que se ramificam nos atos cotidianos como natural e única maneira de perceber tais relações. Como afirma Foucault, em sua obra *Microfísica do Poder* (1979) onde houver poder haverá resistência, as práticas esportivas também são espaços de contestação, de resistência à normalização e, portanto, de construção de subjetividades.

As revistas esportivas operam como instrumentos do dispositivo, reforçando os discursos hegemônicos, contribuindo na produção de novas formas de disciplinar os corpos e os sujeitos, segundo critérios dicotômicos e desiguais com base no gênero.

Joan Scott (1990) explica que “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (p. 14). Ela demonstrou ser fundamental perceber como as diferenças são construídas e ganham significados culturais ao longo do tempo e espaço, pois elas hierarquizam as relações entre mulheres e homens, sendo a primeira maneira de dar significado às relações de poder, que permeia todas as relações sociais.

Entretanto, a produção de gênero não é dada de forma clara e objetiva na sociedade, é uma operação complexa e sutil, impõem modelos ideais e busca explicitar como naturais às relações sociais desiguais entre mulheres e homens.

A filósofa Judith Butler (2016) aprofunda teoricamente a noção da categoria ao discutir a dicotomia entre sexo (biológico) e gênero (cultural), explicando que “[...] O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sexo previamente dado [...] tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (BUTLER, 2016, p. 27). Assim, a pensadora, indica que o sexo não é natural, sendo também discursivo e cultural como o gênero, asseverando que:

Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei natural inexorável. Quando a 'cultura' relevante que 'constrói' o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2016, p. 28).

A norte-americana Linda Nicholson também contribuiu para discussão ao problematizar a noção de que o sexo seria anterior ao gênero, de que ele seria “aquilo que está fora da cultura e da história, sempre a enquadrar a diferença masculino/feminino” (NICHOLSON, 2000, p. 10). Judith Butler complementa asseverando que “[...] não se pode dizer que os corpos tenham uma existência significável anterior à marca de seu gênero” (BUTLER, 2016, p. 30), dificultando pensar o sexo e o gênero separados ou diferentes, pois pertence à mesma cadeia discursiva que atua no sentido de produzir corpos diferenciados.

Linda Nicholson (2000), coloca a necessidade ampliar a concepção também sobre o corpo. Isto por que para muitas feministas o corpo era considerado como algo invariável. Joana Maria Pedro sintetiza a tese da autora:

Esta historiadora, seguindo as discussões de Foucault, Laqueur e Butler, lembra que separar sexo de gênero e considerar o primeiro como essencial para elaboração do segundo pode ser, como queriam as feministas dos anos setenta, uma forma de fugir do determinismo biológico, mas constitui-se, por sua vez, num "fundacionalismo biológico". Isto porque "postula uma relação mais do que acidental entre a biologia e certos aspectos de personalidade e comportamento." Ou seja, "funda" sobre o biológico aquilo que a cultura estabelece como sendo personalidade e comportamento de homens e mulheres (PEDRO, 2005, p. 91).

Para Nicholson (2000) as análises feministas deviam fugir tanto do determinismo biológico quanto do fundacionalismo biológico, pois defendia que “[...] a população humana difere, dentro de si mesma, não só em termos das expectativas

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sociais, como pensamos, sentimos e agimos; há também diferenças nos modos como entendemos o corpo” (p. 14). Argumenta que é preciso ir além das variações sociais de gênero, mas também refletir sobre as formas variadas de se entender o corpo. Entender que existem estas diferenças visto que “[...] afetam o sentido da distinção masculino/feminino” (p.15).

Nesse sentido, as autoras indicam que um corpo, masculino ou feminino é “em si mesmo uma construção” (BUTLER, 2016, p. 30), se contrapondo à ideia de um corpo natural, um organismo que preexiste ao ato do discursivo. Como argumenta a estudiosa, não se trata de negar a materialidade dos corpos, mas sim de assumir que é no interior da cultura e de uma cultura específica que características materiais adquirem significados.

Assim, o corpo só existe porque os discursos o denominam dessa forma historicamente. Mas, os discursos que produzem os corpos tratam de ocultar esse processo de construção, fazendo com que se entenda o corpo como algo natural, visto que “[...] esse ato de significação produz o corpo que, então, afirma encontrar antes de qualquer significação” (BUTLER, 1998, p. 139).

Corroboram para o aprofundamento do entendimento das categorias sexo, gênero e corpo, os estudos de Teresa de Lauretis, ao falar que é preciso separar gênero da diferença sexual e passar a conceber o gênero com uma tecnologia produzida a partir das mais diversas tecnologias sociais, práticas críticas institucionalizadas e atos da vida cotidiana, possuindo a função de constituir a materialidade dos corpos masculino e femininos capazes de criar o engajamento em modelos de subjetividade socialmente desejáveis. Assim, a autora introduziu a categoria de tecnologia de gênero, na qual o sistema sexo/gênero “[...] é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.)” (1994, p. 212). Desta forma, argumenta que é preciso considerar a relação entre o processo de subjetivação humano e o meio social no qual o sujeito está inserido, concebido como:

[...] um sujeito constituído no gênero, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito “engendrado” não só nas suas experiências de relações, mas também nas de

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

raça e classe: um sujeito, portanto múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido (LAURETIS, 1994, p.208).

A autora destaca que os processos de subjetivação do sujeito é complexo e passa por meio de códigos linguísticos e representações culturais que engendram o sujeito não só na experiência de relações de gênero, mas, também, por outros marcadores como de raça e classe.

Ainda, dialogando sobre os processos de construção da subjetividade esclarece que o gênero “[...] é o produto e o processo tanto da representação quanto da autorrepresentação” (LAURETIS, 1994, p. 217), que afeta tanto a construção subjetiva quanto social do gênero. As representações de gênero estabelecem posições sociais dos sujeitos, desta forma, estão atreladas com a instituição de desigualdades e diferenças que “têm implicações concretas ou reais, tanto sociais quanto subjetivas, na vida material das pessoas” (LAURETIS, 1994, p. 209).

O pensamento de Butler (2016) vai ao encontro ao postulado por Lauretis (1994) ao entender o gênero como

[...] o efeito substantivo do gênero é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero (...) o gênero é sempre um feito [um fazer, um ato], mas não é obra de um sujeito que existe antes desse fazer [fato, ato]. Não há uma identidade de gênero por trás, ou antes, destas expressões de gênero, essa identidade é performativamente constituída (BUTLER, 2016, p. 56).

Sendo assim, Butler sugere ocorrer uma repetição de atos/performances que correspondem com as normas e símbolos culturais, em um processo contínuo de legitimação e (re)produção.

Parto do pressuposto, de que as práticas esportivas operacionalizadas pelo dispositivo (específico) do esporte, divulgados pela mídia na década de 1950 (Programas de rádios, jornais e revistas esportivas) se caracterizavam como um dos modos de produzir corpos de homens e mulheres e posições de sujeito diferentes, a serem ocupadas por eles/as em função de seu gênero. Mais do que fazer ver e dizer uma masculinidade dominante, essas tecnologias se ocupam em ocultar diferentes modalidades de sujeitos esportivos (mulheres, homossexuais, com necessidades especiais, idosos). Não tornar esses sujeitos esportistas visíveis, dá-las a conhecer –

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

principalmente em suas diferenças – diz respeito a procedimentos concretos de objetivação discursiva, de apreensão e de investimento tático do poder sobre os corpos e sobre a forma mesma de ser esportivo/a, pois as/os leitoras/es aparece sempre o mesmo sujeito nesta função, a saber os homens.

Sendo assim, o argumento aqui desenvolvido é o de que a articulação do dispositivo do esporte com a tecnologia do gênero é posta em funcionamento nas revistas esportivas que ao produzirem reportagens sobre as práticas esportivas de homens e mulheres instituía(m) posições de sujeito diferentes para mulheres e homens. Com isto as mulheres que realizavam práticas esportivas eram levadas a assumirem certas funções tendo em vista o seu gênero, o que trazia implicações tanto para quem realiza as práticas esportivas como na construção do gênero de consumidoras/es das notícias esportivas. Sugiro que as revistas esportivas, ao noticiar as práticas esportivas de mulheres (amadoras ou profissionais), atuavam tanto no sentido de afirmar certas normas de gênero, como no sentido de desestabilizá-las ao permitir que discursos emergentes também aparecessem nas fissuras dos textos.

As reportagens, tanto na revista *Manchete Esportiva* quanto na *Revista do Esporte* apresentam algumas semelhanças, como temas que sempre se repetiam como o amor, casamento, maternidade e beleza. Falava um pouco das práticas esportistas, mas nunca de técnicas e estratégias esportivas.

### **Entre o esporte, o amor romântico e o trabalho**

Tânia Navarro-Swain (2006) contribui para discussão ao trabalhar o dispositivo amoroso. Para ela o dispositivo do amor romântico nas fendas do dispositivo da sexualidade, fazendo parte de discursos que instituem a imagem da ‘verdadeira mulher’, e repetem incansavelmente suas qualidades e deveres: doce, amável, devotada, sobretudo, amorosa. Amorosa de seu marido, de seus filhos, de sua família, além de todo limite, de toda expressão de si. Navarro-Swain aponta, assim, que o dispositivo amoroso constrói corpos-em-mulher prontos a se sacrificarem por amor a outrem. Só se compreende o discurso de uma “verdadeira” mulher dentro desta lógica que o

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dispositivo torna enunciável e, principalmente, constituinte das mulheres na sua relação com o “ser mulher” (SWAIN, 2006).

O amor romântico foi relacionado em vários discursos (medicina, mídia, religião etc.) como um sentimento feminino, vinculando as mulheres às emoções e não a racionalidade. Também vinculada à passividade (NEVES, 2007, p. 614). Neste sentido, na década de 1950, as representações de amor romântico, pela matriz heterossexual estabelecia que a mulher fosse escolhida ou conquistada por um cavalheiro que com ela queira se casar. Como afirma Mary Del Priori (2011), na década de 1950, amar era sinônimo de casar.

Ao escrever sobre as jovens esportistas frequentadoras dos clubes esportivos e recreativos, Manchete Esportiva dava ênfase ao amor romântico e às representações tradicionais de mulheres, como relato sobre a nadadora Isa Teixeira de Almeida, campeã sul-americana na modalidade de nado costas, em seu texto Meg colocou o seguinte título: “Isa Teixeira de Almeida e dois desejos: uma dúzia de recordes e uma dúzia de filhos”. O texto fala sobre a esportista querer se dedicar mais aos treinos para melhorar seu tempo e bater mais recordes nas piscinas. Contudo, “[...] Nadar mesmo só uns cinco anos mais e depois então casar e ter uns seis menininhos atrás dela [...] E alegremente ela diz que ser dona de casa ainda é a melhor profissão para uma mulher” (REVISTA MANCHETE ESPORTIVA, nº 3, 1955, p. 19).

Para Butler (2019) são os ecos do passado, repetidos constantemente, nos atos discursivos que tornam as performativas de gênero e sexualidade exitosas. Assim, todo ato é um eco de uma cadeia de significantes, e essa apelação à citação é o que constitui sua força performativa. Penso que a fala da nadadora, autorizada por Meg, faz parte desse eco, em que ela quer praticar o esporte, mas ainda era importante em sua performatividade ser a “alegre dona de casa”. Como na frase repetida por muitas jovens, pelas palavras de Meg “[...] Não está noiva, mas quer casar. Toda moça não quer? E pensa até em dois ou três filhos” (REVISTA MANCHETE ESPORTIVA, nº 2, 1955, p. 19). Essas respostas que parecem certezas mostram a reiteração de uma norma ou de um conjunto de normas que, pela sua presentificação, acaba por esconder ou dissimular as convenções que repetem (BUTLER, 2019, p. 52). Mesmo que uma jovem dos anos 1950 transgredisse a norma ao se apresentar socialmente o fazia repetindo a norma,

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

principalmente entre as mulheres da classe média e da elite, período em que a imagem da jovem estava relacionada à honra sua e de sua família.

Tendo em vista a moral social namorar, noivar e casar eram marcados por regras firmes.

Quanto às formas de aproximação e compromisso, o flerte – agora aportuguesado – continuava como o primeiro passo de um namoro mais sério. Regras mínimas para os encontros eram bem conhecidas. O rapaz devia buscar a moça em casa e depois trazê-la de volta, mas, se ela morasse sozinha, ele não poderia entrar; o homem sempre pagava a conta; moças de família não abusavam de bebida alcoólica e, de preferência, não bebiam; conversas ou piadas picantes eram consideradas impróprias; os avanços masculinos, abraços e beijos deviam ser firme e cordialmente evitados; a moça tinha que impor respeito (DEL PRIORE, 2011)

A mesma rigidez era seguida no noivado até o momento do casamento, pelo menos aparentemente os jovens deveriam ser controlados. Muitas vezes esse amor poderia ser cultivado após o casamento, visto que muitas famílias tinham pressa para casar as filhas ou para não se tornar uma solteirona (aos 25 anos já era considerada velha para casar). Segundo Carla Bassanezi (2004, p. 619), a moça que ainda não havia contraído o matrimônio nesta faixa etária, corria o risco de ser apontada pela sociedade como uma “mulher encalhada”, possivelmente ficaria “para titia”. Também existia o medo de a jovem perder sua virgindade em uma aventura amorosa, o que poderia significar ficar sem casar.

Os textos de Meg agia como reafirmação deste modelo, atrelando o amor romântico ao casamento. Pelo amor de um homem as mulheres poderiam estar dispostas a tudo, abandonar os esportes e até suas carreiras, como na citação a seguir.

[...] Não se acha romântica, desconfia até mesmo que é prática demais. Mas se um dia tiver que escolher entre sua carreira e o homem amado, sabe que ficará com o homem amado. E sua carreira é em direção ao Itamarati. Mas nenhum diploma vale o amor, para Mônica França, morena cheia de encanto (REVISTA MANCHETE ESPORTIVA, nº 32, 1956, p. 22).

Em outra reportagem de Manchete Esportiva, escrita por Júlio de Lamare, tinha como título “O amor contra a natação” e falava sobre quatro nadadoras Célia Heilborn, Edith Groba, Célia Brasil e Ana Lúcia de Santa Ritta, que eram promessas de grandes

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

campeãs, com vários títulos conquistados nos anos cinquenta, mas que largaram a natação cedo demais por causa do casamento. O reporte pergunta: Por amor, retiraram-se elas? Duas disseram, na reportagem, que amor e natação não combinam e duas falaram que deixaram as piscinas por que chegou a hora.

O medo de ter que abandonar suas práticas esportivas por causa de um relacionamento amoroso era expresso por várias atletas, como na reportagem com a seguinte chamada: “Não quer um príncipe”. Nesta, Meg apresenta a dançarina e patinadora no gelo Erika Craft, no texto escreveu que “[...] Por mais que pareça incrível é solteira. Confessa que receia casar por que talvez seja forçada a abandonar o gelo [...] Para uma dançarina como Erika chovem príncipes, mas ela ainda prefere as medalhas e as sensações da patinação. Assim está bem” (REVISTA MANCHETE ESPORTIVA, nº 94, 1957, p. 22). Ou ainda a tenista que disse Maria Helena Amorim, atleta do clube Botafogo, “[...] Meu namorado é o tênis e nada mais (REVISTA MANCHETE ESPORTIVA, nº 3, 1955, p. 22). Marilene Cruz falou que: [...] nada de pensar em casar agora. Porque namorado de saída quer logo tirar o esporte da frente. Sendo assim namorado à distância, tanto maior, melhor” (REVISTA MANCHETE ESPORTIVA, nº 43, 1956, p. 02).

Vejo nestas falas o controle sobre o corpo da mulher que iria se casar. O corpo feminino que estava no espaço público, sendo visto e admirado, deveria ser ocultado para dar lugar à outra identidade de mulher: a de esposa e mãe.

O amor, do modo como era retratado pela revista, marcava as diferentes posições de gênero, ou seja, a vinculação de homens e mulheres nos relacionamentos tem se colocado de forma diferente, o amor tem tido historicamente diferentes significados e importância para ambos. Neste sentido, o texto do jornalista Paulo Rodrigues intitulado “O Romance de Santos e Abigail: amor até debaixo d’água” é ilustrativo. Nele o jornalista escreve como o jogador Nilton Santos (Botafogo) e Abigail se conheceram, relatando assim:

[...] Primeiro um olhar, depois um sorriso e bis do olhar e bis do sorriso [...] Não adiantava falar mal do Santos, garantir que Santos não passava de um Casanova [...] Depois noivaram, depois casaram. Abigail cada vez mais apaixonada. Achando que ganhará a sorte grande encontrando Nilton Santos. O marido a corteja dia a dia, semana após semana, ano após ano, cada vez mais terno, mais atencioso e mais encantado [...] Um doce lar, sem lágrimas e

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

queixumes. Abigail não deseja mais nada: Santos, o Casanova a preferiu entre todas as mulheres do mundo. E Abigail preferiu a Santos entre nós (REVISTA MANCHETE ESPORTIVA, nº 2, 1955, p. 22).

Por meio da citação podemos analisar os relacionamentos e aspectos do amor romântico na década de 1950 conforme modelo hegemônico, no qual o homem tomava a iniciativa, ele escolhe a mulher, pois “entre todas as mulheres do mundo” ela foi escolhida. Do outro lado a mulher apaixonada conseguiu a “sorte grande” com o casamento. Por sua vez, o pequeno relato traz suas contradições, ele já era um homem experiente, um “Casanova”, o que demonstra que ele saía com muitas mulheres, era um conquistador. Esse comportamento era aceito para os homens enquanto para as mulheres era exigida a inexperiência tanto amorosa quanto sexual.

Outro aspecto que merece atenção é da autora mencionar um “doce lar, sem lágrimas e queixumes”, expectativa criada nas mulheres em relação ao matrimônio. Contudo, as chances de isso não se realizar eram grandes. O amor poderia se transformar em desilusão, ingratidão, infelicidade, desprezo e violência física.

Apesar dessas marcações de “posições” de gênero mais tradicionais, são inegáveis as mudanças ocorridas no campo do gênero e da sexualidade, sobretudo para as mulheres que tiveram mudanças mais marcantes do que os homens, na medida em que, as trajetórias sexuais de ambos se aproximaram. Muitas mulheres passaram a ser mais criteriosas em relação aos seus pretendentes verbalizando as características necessárias ao bom marido, “[...] Não vai se casar já, o que em absoluto constitui obstáculo para que trace os cinco mandamentos de um bom marido: personalidade, cavalheirismo, generosidade, inteligência e fidelidade” (REVISTA MANCHETE ESPORTIVA, nº 21, 1956, p. 39). Também, já era mais comum verbalizar seu desejo em não ter que abandonar os esportes por causa de um casamento, por exemplo, Ana Maria Martins que “[...] tem muita vontade de casar cedo, mas não de largar seu ballet por causa disso” (REVISTA MANCHETE ESPORTIVA, nº 49, 1956, p. 02). Diana Ensfield que “[...] gosta de namorar como qualquer broto. Mas quer fazer muita coisa antes de casar” (REVISTA MANCHETE ESPORTIVA, nº 50, 1956, p. 02) ou a velejadora e nadadora Ingrid ao dizer que “[...] uma jovem casada pode continuar sua vida esportiva muito bem” (REVISTA MANCHETE ESPORTIVA, nº 2, 1955, p. 19). Um exemplo para estas jovens eram as mulheres casadas que continuavam em suas práticas

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

esportivas como a atleta Rosa Maria O'shea, jogadora de vôlei pelo Flamengo ao mencionar que “[...] o casamento em nada atrapalhou sua carreira, nem a chegada do menino. Quer ter mais um filho” (REVISTA MANCHETE ESPORTIVA, nº 9, 1956, p. 19).

As jovens esportistas também pensavam em não depender financeiramente de um homem para sobreviver, como menciona Alcina Maria Alves

[...] não vai ser professora, por que não dá pra isso, nem advogada por que não gosta, médica porque nem pode ver uma gota de sangue, quer ir para o Itamarati. E vai fazer concurso. Depois, mais tarde, quer se casar. Mas isto só quando tiver sua carreira porque mulher não deve depender totalmente do marido (REVISTA MANCHETE ESPORTIVA, nº 31, 1956, p. 02).

A jovem esportista apresentava planos para ser independente do esposo, citando em ordem de importância, primeiro os estudos, depois o concurso público e por fim o casamento. Será que o contato com diferentes mulheres esportistas serviram para discutir como a vida de suas mães e colegas eram limitadas com a dependência econômica do marido? Por que o casamento por último se a norma era que o projeto feminino era ser bem casada? Ser professora tornou-se uma das profissões incentivadas para as mulheres visto que havia uma expansão do número de crianças na escola (MATOS; BORELLI, 2012). Com o crescimento do setor de serviços abriram-se mais empregos para as mulheres, principalmente com maior nível de escolarização, no magistério, nos bancos, no comércio, nas áreas de saúde e profissões liberais (PINSKY, 2012).

Neste período, o trabalho das mulheres fora de casa deveria ser encarado como uma ocupação transitória, que deveria ser abandonada sempre que a função de esposa e mãe fosse exigida. O trabalho fora seria aceitável para as moças solteiras até o momento do casamento, ou para as mulheres que ficassem sós – solteironas e viúvas. (LOURO, 2001, p. 453). O que pode ser percebido na fala de Maria Eugenia da Silva, que gostava de praticar natação pelo Clube Vasco da Gama, que:

[...] Fora da natação que é, aliás, a coisa mais importante da sua vida, ela aprende costura e tem aulas de línguas. Gostaria de poder ter um emprego, de ter o seu dinheiro particular, acha que isso torna a moça mais desenvolvida e bem preparada, para enfrentar qualquer situação na vida, mas seu pai se opõe

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de tal forma, que ela abandonou essas ideias (REVISTA MANCHETE ESPORTIVA, nº 48, 1956, p. 19).

Gilda Rodrigues Vieira, atletismo, parece estar em dúvida, repetindo a norma ao mesmo tempo que anseia por “[...] ser arquiteta e por isso não pensa em casar já. Diz que a mulher solteira deve ganhar dinheiro, mas se for casada só se o marido precisar mesmo” (REVISTA MANCHETE ESPORTIVA, nº 10, 1956, p. 2).

Percebo que as mulheres que realizavam práticas esportivas nos clubes e associações começavam a perceber que o trabalho era uma alternativa para maior independência e liberdade em relação a família e ao marido, como defendido por Lia Miranda, nadadora, a “[...] mulher deve trabalhar, e ter, assim, o seu dinheiro” (REVISTA MANCHETE ESPORTIVA, nº 47, 1956, p. 02) e Selma Rezende, que praticava basquete e atletismo, em sua entrevista a MEG afirmando que: “[...] acha bom demais trabalhar e ter seu dinheirinho. Não compreende a vida sem dinheiro, sem alegria e sem esporte” (REVISTA MANCHETE ESPORTIVA, nº 47, 1956, p. 39).

Nestes pequenos depoimentos vemos como relações de gênero eram construídas de formas desiguais, pois aos homens não recaía qualquer preocupação em casar “cedo” ou que eles teriam que abandonar seu lazer e de realizar suas práticas esportivas após o matrimônio.

Com base no explicitado até o momento, penso que o período descrito marca a entrada definitiva das práticas esportivas compondo a mentalidade governamental, considerado necessário para produzir corpos mais vigorosos, resistentes, úteis, corpos saudios, corpos organicamente fortes que resistirão a doenças e com isso poderão viver num tempo maior de vida. Foucault (2008a) explica que a governamentalidade surge a partir do momento em que o poder é exercido por um *Estado de Governo*, que não é mais definido por sua territorialidade “[...] mas por uma massa: a massa da população, com seu volume, sua densidade, com, é claro, o território no qual ela se estende, mas que de certo modo não é mais que um componente seu” (FOUCAULT, 2008<sup>a</sup>, p. 145). Seguindo seu pensamento, podemos averiguar que no governo da população, seja com objetivos eugênicos, higiênicos, militar, de saúde pública ou androcêntricos, os mais variados programas, modalidades e produtos de atividade física pertenciam às práticas disciplinares, de controle das pessoas e também se inserem no conjunto de biopolíticas,

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

agindo como tecnologia política do corpo, que consiste na interseção entre saber, poder e corpo, inseridas em várias instituições e aparelhos de poder, por exemplo, escolas, clubes de recreação, órgãos governamentais e imprensa esportiva.

## Considerações finais

As mulheres da década de 1950 realizavam diversas práticas esportivas, deixando de ser apenas assistente ou parte da plateia. Passaram cada vez mais a fazer parte do cotidiano do esporte, mesmo que de forma amadora, pois muitos esportes foram profissionalizados algumas décadas depois, se destacavam no Brasil e no exterior, quebraram recordes nacionais e sul-americanos. A produção de reportagens em variados periódicos e revistas, de alcance local e nacional, sobre as mulheres que se dedicavam às práticas esportivas já demonstra essa importância.

Apesar da modernidade que a sociedade brasileira procurava demonstrar na década de 1950, culturalmente, existia um grande controle sobre os corpos e a sexualidade das mulheres. Os discursos propagados socialmente por várias instituições estavam presentes nos textos de Manchete Esportiva, os quais buscavam reforçar a vocação “natural” das mulheres para o casamento, a família e a maternidade. O periódico não avançou na representação das mulheres do meio do século XX, em que para ser feminina deveria ser frágil, meigas, com gestos e formas suaves, o que muitas vezes não condizia com as práticas esportivas. Procurei apresentar Manchete Esportiva como uma tecnologia, que corroborava para manutenção das normas de conduta e de gênero da sociedade da época. Contudo, as mulheres esportistas borravam os discursos impostos, contribuindo para a produção de novas subjetividades. Elas falavam sobre namoro, casamento e trabalho, questões que passaram a ser paulatinamente discutidas e colocadas em cheque a partir de 1960, com a chegada do movimento feminista de “Segunda Onda”. O movimento caracterizou-se pela ampliação de demandas das mulheres, incluindo as reivindicações referentes à sexualidade, ao corpo, à educação e ao trabalho. Mesmo que fortemente inspirado pelos movimentos feministas que se multiplicavam no exterior, no Brasil sofreu alterações devido o início da ditadura militar, que reprimia os movimentos sociais com violência, e por causa da questão do

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

trabalho e os problemas da mulher trabalhadora considerada inicialmente prioridade sobre tantas outras pautas feministas (PEDRO, 2012, p. 251).

Atualmente, após o sucesso do feminismo em vários aspectos, da maior liberação das mulheres, ocorreram muitos avanços e mudanças nas relações de gênero no tocante a realização de práticas corporais. De forma múltipla e plural, várias esportistas superaram as dificuldades impostas e (res)significam a cultura de gênero no esporte. Contudo, as desigualdades ainda são gritantes e estão longe de romper os estereótipos de feminilidades, as desigualdades salariais e de reconhecimento, se comparado a outras áreas da sociedade cujos avanços parecem maiores.

## Referências bibliográficas

BASSANESZI, Carla. **Virando as páginas, revendo as mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BIROLI, Flávia. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do "jornalismo moderno" no Brasil. **História**, Franca, v. 26, n. 2, p. 118-143, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acessado em: 29/08/2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742007000200007>.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

\_\_\_\_\_. **Corpos que importam: Os limites discursivos do "sexo"**. Tradução: Veronica Daminelli, Daniel Yago Françoli. 1ª ed. São Paulo: N-1 edições, novembro 2019.

\_\_\_\_\_. **Corpos que ainda importam**. In: COLLING, L. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

FOUCAULT, M.. **História da sexualidade: A vontade de saber (Vol. 1)**. São Paulo: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_, **Microfísica do poder**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_, **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_, **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_, **Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

\_\_\_\_\_, **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c.

GOELLNER, S.V. **Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Física**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

\_\_\_\_\_, “As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte”: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX. **Revista de História do Esporte**, 2008; 1(1): 35-56.

\_\_\_\_\_, Imagens da mulher no esporte. In: PRIORI, Mary Del e MELO, Victor Andrade de (orgs.). **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_, Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a prática**, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 85-100, 2005.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 126-147.

MOURÃO, Ludmila. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. **Revista Movimento**, Porto Alegre, ano VII, nº13, 2000/2.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [online]. São Paulo: USP, 2005, vol.24, n.1, pp.77-98.

PRIORE, Mary del. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, p. 281-300, 2007.

SWAIN, Tânia Navarro. Desfazendo o "natural: a heterossexualidade compulsória e *continuum* lésbiano. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. 2006. **A construção das mulheres ou a renovação do patriarcado**. Disponível em: <<http://www.tanianavarrowswain.com.br/brasil/renovacao%20patriarcado.htm>>. Acesso em: 30 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Entre a vida e a morte, o sexo. **Labrys** [online], 2006.

\_\_\_\_\_. Diferença sexual: uma questão de poder. In: **Simpósio de gênero e literatura da Universidade Federal do Ceará**, I. Texto apresentado. ago. 2011.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

STEPAN, NL. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G. e ARMUS, D. (orgs.). **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. (Coleção História e Saúde).